



Governo reúne-se com líderes para discutir Orçamento e vetos

Marcado para hoje, encontro na Casa Civil da Presidência da República vai tocar em duas preocupações do Executivo: o atraso na votação do Orçamento para 2013 e a eventual derrubada de vetos presidenciais, que pode gerar um rombo nas contas públicas e insegurança jurídica



Marcos Oliveira/Agência Senado

Em reunião no dia 5, líderes do Senado e da Câmara tentaram acordo: impasse desde dezembro

Os líderes do governo no Congresso devem debater hoje no Palácio do Planalto alternativas para destravar a pauta de votações do Parlamento. Interpretações divergentes sobre decisão liminar do ministro do STF Luiz Fux, que obrigou o Legislativo a examinar mais de 3 mil vetos presidenciais em ordem cronológica, atrasaram a votação do Orçamento da União. Além disso, o governo está preocupado com a eventual derrubada de vetos, que pode gerar insegurança

jurídica e um rombo de cerca de R\$ 1 trilhão nas contas públicas — R\$ 470 bilhões só em retroativos. Na quinta-feira, a Advocacia-Geral da União apresentou petição ao STF para que altere a liminar do ministro Luiz Fux, medida que foi criticada no Senado pelo líder do PSDB, Aloysio Nunes. A ideia do governo é que a apreciação em ordem cronológica seja mantida apenas para os vetos editados nos últimos 30 dias. Com isso, os demais seriam automaticamente acatados pelo Congresso. **2**

Senadores lamentam morte de Fernando Lyra **3**



Genaldino Magela/Agência Senado

Aloysio comemora balanço positivo após nova Lei Seca



Genaldino Magela/Agência Senado

Ana Amélia comenta acidentes nas estradas gaúchas



Genaldino Magela/Agência Senado

Paulo Paim mostra preocupação com evasão escolar

4

Comissão analisa indicação de novo embaixador na China

Leão Neto, que já foi embaixador no Canadá e na Colômbia, pode representar

o Brasil no país que caminha para se tornar a maior economia do mundo. **3**



Reprodução

China é hoje o principal destino das exportações do Brasil, que teve superávit de US\$ 7 bilhões em 2012

Líderes e governo discutem Orçamento e vetos

Rombo de R\$ 1 trilhão nas contas públicas com a eventual derrubada dos vetos presidenciais é um dos assuntos que os parlamentares devem tratar hoje na Casa Civil

OS LÍDERES DO governo no Congresso devem se reunir hoje na Casa Civil da Presidência da República para discutir duas preocupações: o impacto nas contas públicas com a possível derrubada de vetos presidenciais e a insegurança jurídica que pode haver com a aprovação do Orçamento 2013 antes de analisados os mais de 3 mil vetos pendentes.

Parlamentares da base apontaram a possibilidade de aprovação do Orçamento nesta semana, antes da decisão final do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre os vetos. No entanto, ainda é esperada manifestação do Plenário do STF sobre liminar do ministro Luiz Fux determinando que o Orçamento pode ser

votado antes dos vetos e que o exame desses deve seguir ordem cronológica.

Para o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), sem a decisão do STF, a votação do Orçamento antes dos vetos pode gerar insegurança jurídica. Ele teme prejuízos ao funcionalismo e problemas com repasses para estados e municípios.

Segundo a Advocacia-Geral da União (AGU), o rombo com a eventual derrubada de vetos pode passar de R\$ 1 trilhão — só os retroativos seriam R\$ 470 bilhões. O governo pede que a ordem cronológica valha para vetos que ainda estejam dentro do prazo para exame (30 dias), ficando todos os demais automaticamente acatados.

Impasse começou em dezembro com liminar do STF

A polêmica em torno dos vetos presidenciais começou em dezembro, quando o deputado federal Alessandro Molon (PT-RJ) entrou com ação no STF pedindo a suspensão da urgência para a votação de trechos vetados na nova lei dos royalties do petróleo. A urgência havia sido aprovada no Plenário do Congresso e permitiria que esses vetos fossem examinados antes de outros 3 mil que aguardam análise.

Relator da ação no Supremo, o ministro Fux acatou o pedido do deputado, em decisão liminar, determinando

que os vetos sejam votados em ordem cronológica. Também invocou norma constitucional pela qual um dispositivo vetado, se não examinado em até 30 dias, passa a ter prioridade sobre as demais matérias, trancando a pauta de votações.

Com a decisão, a oposição se recusou a votar o Orçamento antes da análise dos vetos, o que exigiu do governo a edição de uma medida provisória para garantir recursos para investimentos até que a proposta orçamentária seja aprovada pelo Congresso.

Em janeiro, Fux afirmou que a votação cronológica se aplica exclusivamente aos vetos, podendo o Congresso “apreciar e votar proposições de natureza distinta, segundo sua discricção política e os reclamos de governabilidade”.

A partir daí, a base governista passou a trabalhar com a possibilidade de aprovar o Orçamento nesta semana, mesmo sem solução para os vetos. Agora, os líderes analisam os riscos da estratégia, que poderá gerar insegurança jurídica caso a liminar de Fux não seja confirmada pelo Plenário do Supremo.



Marcos Oliveira / Agência Senado

Reunião do presidente do Senado, Renan Calheiros, com líderes, no início do mês, terminou sem acordo sobre agenda

Aloysio defende votação em ordem cronológica

O líder do PSDB no Senado, Aloysio Nunes Ferreira (SP), criticou na sexta-feira a iniciativa do governo de, por meio da AGU, pedir ao STF que altere a liminar do ministro Luiz Fux que determina que a apreciação de vetos pelo Congresso deve respeitar a ordem cronológica.

— A AGU, em vez de tomar o tempo do Supremo com uma consulta inútil, faria melhor em ler a Constituição — disse.

O senador, que defende a ordem cronológica, também entende que nenhuma outra matéria poderá entrar em

pauta enquanto houver vetos pendentes. Conforme o líder, essa é a regra prevista no texto constitucional e não se pode admitir outra interpretação. Assim, ele considera que a votação do Orçamento de 2013 também está suspensa.

Para o governo, a decisão de Fux deve ser revista de forma que o exame dos vetos por ordem cronológica se restrinja aos editados nos últimos 30 dias. Os demais seriam automaticamente acatados pelo Congresso.

Aloysio descartou problemas de ordem prática para o exame

de tão grande volume de vetos. Para ele, a grande maioria dos vetos “são matérias pacíficas”, sem dificuldades para o exame, o que também evitaria maiores atrasos na votação do Orçamento.

Ao tratar das exceções, que envolvem polêmica, ele disse ser possível contar esses vetos “nos dedos de uma mão”. Citou como exemplo vetos ao Código Florestal.

— E essas questões polêmicas têm que ser enfrentadas, discutidas e votadas. O Congresso tem que dizer a última palavra sobre elas — disse.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h Hoje a sessão plenária é destinada a pronunciamentos de senadores e comunicados da Mesa.

TERÇA

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR Superendividamento em debate

8h30 A comissão temporária criada para examinar os projetos que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor realiza audiência pública para discutir prevenção do superendividamento. Claudia Lima Marques, membro da comissão de juristas para atualização do Código de Defesa do Consumidor, é uma das convidadas.

RIO SÃO FRANCISCO Audiência sobre o atraso nas obras de transposição

15h Audiência pública da comissão especial externa que acompanha as obras de transposição do Rio São Francisco com representantes de 12 empreiteiras contratadas para realizar os serviços. Eles deverão explicar o atraso nas obras.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das **14h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Brasil terá novo embaixador na China

Chegou ao Senado indicação de Valdemar Carneiro Leão Neto, que já foi embaixador no Canadá e na Colômbia. Desde 2009, o país tem sido o principal destino das exportações brasileiras

PRINCIPAL PARCEIRO COMERCIAL do Brasil desde 2009 e país que caminha para se tornar a maior economia do mundo, a China receberá, em breve, novo embaixador brasileiro. Chegou à Comissão de Relações Exteriores (CRE) a mensagem presidencial (MSF 10/13) de indicação do ministro de primeira classe Valdemar Carneiro Leão Neto como representante do Brasil em Pequim. O texto aguarda indicação de relator.

Leão já foi embaixador no Canadá e na Colômbia entre 2003 e 2011. A partir de 2011, passou a ocupar o posto de subsecretário-geral de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministério das Relações Exteriores. Caso seja aprovado pelo Senado, ele chegará a Pequim um ano antes da celebração de quatro décadas do estabelecimento de relações entre Brasil e China.

As relações bilaterais tiveram um grande impulso a partir de 2000, como indica exposição de motivos encaminhada ao Senado pelo Itamaraty. Se naquele ano o comércio bilateral limitou-se a US\$ 2,3 bilhões (apenas 2,1% do total do comércio brasileiro), o intercâmbio subiu em 2012 para US\$ 75,5 bilhões — aumento de 3.171% no período. De 2000 a 2012, o



Foto: de Arquivo/Agência Senado

Leão Neto é subsecretário-geral do Ministério das Relações Exteriores

superávit acumulado pelo Brasil no comércio com a China foi de US\$ 30,7 bilhões. Apenas no ano passado, o superávit foi de US\$ 7 bilhões — ou 35,9% do superávit total brasileiro.

Desde 2009, a China tornou-se o principal destino das exportações brasileiras e, em 2012, também a principal origem das importações nacionais. Os grandes números, porém, refletem principalmente exportações brasileiras de soja, minérios e petróleo.

Um dos principais desafios do novo embaixador brasileiro

China completará quatro décadas de relações comerciais com o Brasil em 2014, um ano depois da chegada do embaixador

será diversificar as exportações para a China, como já foi solicitado há um ano pela delegação brasileira durante a mais recente reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), a mais importante instância permanente de diálogo político entre os dois países.

Durante a conferência Rio+20, no ano passado, a presidente Dilma Rousseff e o primeiro-ministro chinês Wen Jiabao assinaram comunicado por meio do qual os dois países elevaram as relações do nível de parceria estratégica, estabelecido em 1993, para o de parceria estra-

Crescimento nas relações

O comércio entre Brasil e China aumentou 3.171% entre 2000 e 2012, com superávit acumulado pelo Brasil de US\$ 30,7 bilhões, sendo US\$ 7 bilhões só no ano passado

	COMÉRCIO BILATERAL	PARTICIPAÇÃO NO COMÉRCIO TOTAL BRASILEIRO
2000	US\$ 2,3 bi	2,1%
2012	US\$ 75,5 bi	16,2%

Fonte: MSF 10/13

tégica global. Além do Brasil, a China tem acordo semelhante com Estados Unidos, Rússia, União Europeia, França, Reino Unido e África do Sul. Também foi firmado o Plano Decenal

de Cooperação, que prevê a concessão pelo governo chinês de 200 bolsas de estudo por ano a estudantes brasileiros dentro do programa Ciência sem Fronteiras.

Ana Amélia pede Graça Foster no Congresso para explicar situação financeira da Petrobras

Ana Amélia (PP-RS) defendeu que a presidente da Petrobras, Graça Foster, vá ao Congresso para esclarecer a situação da empresa. Para a senadora, as notícias de que a companhia está vendendo seus ativos na Argentina pode ser mais um indício das dificuldades enfrentadas pela Petrobras.

A senadora apresentou no início do mês um requerimento para que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) convide Graça Foster para uma audiência pública.

— Espero que meu requerimento seja apreciado na primeira reunião deliberativa da CAE, que será presidida por Lindbergh Farias (PT-RJ) — afirmou.

Ana Amélia frisou que os esclarecimentos a serem feitos são fundamentais para os acionistas minoritários. Ela lembrou que nesse grupo há muitos trabalhadores brasileiros que



Ana Amélia quer debate com presidente da Petrobras

utilizaram recursos do FGTS para comprar ações da Petrobras.

— Essas pessoas correm o risco de ver sua poupança se esvaír pelo ralo devido ao mau desempenho da companhia — alertou a senadora, ressaltando que “não se tem notícia de que as petroleiras ao redor do mundo estejam passando por dificuldades”.

Para Ana Amélia, há “desajustes” na estatal, provocados por interesses políticos ou do governo. Um exemplo, citou ela, é a decisão de adiar reajustes nos preços de combustíveis.

— Mas uma empresa de capital aberto tem de trabalhar de acordo com as normas de mercado, tem de responder também perante os acionistas minoritários, e não apenas se submeter aos interesses dos acionistas majoritários — argumentou.

Eunício e Sarney lamentam morte de Fernando Lyra e citam ações pró-democracia

Eunício Oliveira (PMDB-CE) e José Sarney (PMDB-AP) divulgaram notas em que manifestam pesar pela morte do ex-ministro da Justiça Fernando Lyra, ocorrida quinta-feira, aos 74 anos, em decorrência de falência de órgãos.

Nascido em Recife, em 1938, Lyra elegeu-se deputado estadual pelo MDB em 1966. Deputado federal por sete mandatos, participou da articulação para o lançamento da candidatura de Tancredo Neves à Presidência da República e foi ministro da Justiça no governo de Sarney.

Eunício, que é líder do PMDB no Senado, destacou a capacidade de diálogo de Lyra, descrito como “um dos mais ativos construtores da democracia que usufruímos hoje”.



Lyra, que foi deputado federal e ministro da Justiça

“Ao enfrentar a ditadura militar nas fileiras do que ficou conhecido como os autênticos peemedebistas e, depois, com sua capacidade de diálogo e articulação, foi um dos mais ativos construtores da democracia que usufruímos hoje”, afirmou Eunício.

Sarney, por sua vez, escreveu que “perde o Brasil um de seus maiores

políticos”. De acordo com o senador, Lyra foi “um batalhador, herói da luta pela democracia”.

“Foi meu ministro e meu amigo. Muito ajudou na implantação das primeiras leis que abriram o Brasil para os ventos da liberdade. Figura humana inconfundível. Tinha o segredo e a magia do gosto de conviver. Ele amou o Brasil e Pernambuco”, acrescentou Sarney.

Pedro França/Agência Senado



Agentes de trânsito fazem blitz no Distrito Federal: redução de acidentes nas estradas

Para Aloysio, redução de acidentes indica sucesso da nova Lei Seca

De acordo com balanço oficial, número de ocorrências nas estradas durante o Carnaval foi o menor nos últimos 10 anos

ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB-SP) comemorou os bons resultados da nova Lei Seca (Lei 12.760/12) no Carnaval deste ano. A norma prevê punições mais rigorosas para o motorista que dirige sob o efeito de bebida alcoólica.

Em discurso na sexta-feira, o senador comentou o balanço apresentado pela Polícia Rodoviária Federal segundo o qual o número de acidentes, em comparação com a frota circulando nas estradas, foi o menor nos últimos dez anos durante o Carnaval.

Para Aloysio, essa boa notícia foi possível graças à combinação de uma lei mais rigorosa com uma fiscalização eficiente.

— Com a nova lei, os níveis de álcool tolerados tornaram-se muito menores, as multas mais salgadas e os meios de comprovação [do consumo de álcool] mais abrangentes — explicou.

Para o senador, o Poder Legislativo demonstrou que pode fazer um bom trabalho quando não está apenas submetido às intervenções do Executivo.

— O Congresso Nacional, quando tem autonomia, quando exerce efetivamente as suas prerrogativas, quando

não se submete apenas às iniciativas do Poder Executivo, quando não anda a reboque, pode fazer coisas muito boas, como essa [a nova Lei Seca], em proveito do país.

Segundo Aloysio, o sucesso da nova Lei Seca mostra que a sociedade é favorável aos aperfeiçoamentos das leis e quer participar da vida pública.

— Há uma ânsia de participação, uma ânsia de intervenção dos cidadãos na vida pública, manifestada, por exemplo, nesse abaixo-assinado virtual que corre hoje pelas redes na internet a respeito da eleição da Presidência do Senado. É a cidadania interferindo na vida pública — afirmou.

O senador criticou a visão de que as inovações das leis devem esperar a mudança cultural. E citou como iniciativas inovadoras e importantes

a reforma do Código Penal, que está sendo analisada pelo Senado, e a lei que proibiu o cigarro em ambientes fechados em São Paulo.

— O Congresso precisa estar em sintonia com um povo que é adulto e que cada vez mais exige padrões civilizatórios elevados, e não apenas desenvolvimento econômico — disse.

O senador também criticou a omissão do Congresso em relação à deliberação sobre os vetos presidenciais. Ele disse que essa questão é histórica, mas observou que o Parlamento foi deixando de exercer essa prerrogativa ao longo do tempo.

— Infelizmente, o Congresso foi abrindo mão ao longo dos anos de dizer a última palavra, como a Constituição lhe assegura na conclusão do processo legislativo.

Gerardo Magela/Agência Senado



As ocorrências no Carnaval

Os resultados da nova Lei Seca nas estradas federais

	ACIDENTES	FERIDOS	MORTOS	PRISÕES
2013	3.149 (-10%)	1.793 (-19%)	157 (-18%)	607 (+23%)
2012	3.499	2.207	192	494

Fonte: Polícia Rodoviária Federal

Multa por embriaguez ao volante subiu para R\$ 1.915

A nova Lei Seca foi sancionada em dezembro e regulamentada em janeiro. As regras ficaram mais duras.

A multa por dirigir sob o efeito de álcool, que era de R\$ 957, subiu para R\$ 1.915. Se o motorista voltar a ser flagrado no período de um ano, o valor chegará a R\$ 3.830.

A Lei Seca, que permitia pequenas concentrações de álcool no organismo, agora não tolera nem sequer

uma gota. Para o motorista não ser punido, o exame de sangue precisa apontar concentração zero de álcool. No bafômetro, aceita-se um índice mínimo, mas isso se deve à margem de erro dos aparelhos.

Outra mudança prevê que a embriaguez pode ser constatada por vídeos e fotos, por testemunhas e pelo policial — não mais só por bafômetro e sangue. Hálito de álcool, olhos vermelhos, fala

arrastada e dificuldade para ficar em pé poderão levar às sanções.

Um ponto da lei antiga foi mantido. Se a concentração de álcool for alta, a embriaguez ao volante deixa de ser infração e passa a ser crime, com pena de até três anos de prisão.

A nova Lei Seca foi o tema do *Especial Cidadania* publicado pelo **Jornal do Senado** no último dia 5

<http://bit.ly/CidadaniaLeiSeca>

Senadora lamenta violência nas estradas gaúchas

Ana Amélia (PP-RS) lamentou os acidentes fatais nas estradas que cortam o Rio Grande do Sul durante o Carnaval. Segundo ela, foi o pior resultado dos últimos dez anos, com 33 mortes registradas — 14 em rodovias federais, 14 em estaduais e 5 em estradas municipais. Em 2012, foram 16 mortes.

— Mesmo com o rigor da Lei Seca e a fiscalização mais rigorosa, o Rio

Grande do Sul apresentou números preocupantes — lamentou.

A senadora destacou que o estado foi na contramão da média brasileira, que apresentou um feriado menos violento: a Polícia Rodoviária Federal registrou 157 mortes e 1.793 feridos em 3.149 acidentes, uma queda de 18% no número de mortos e de 19% no total de feridos, comparando-se com o mesmo

período do ano passado.

— A lei de trânsito por si só não opera milagres, é preciso investir em educação, fiscalização e infraestrutura viária — afirmou a senadora.

Ana Amélia citou a responsabilidade da indústria automobilística nacional, que produz automóveis caros e defasados em segurança, em relação a produtos europeus e americanos.

Paim preocupa-se com evasão escolar

O problema da evasão escolar ainda está longe de ser resolvido, disse Paulo Paim (PT-RS), mesmo considerando positivos os avanços da educação nas últimas décadas. O senador elogiou o esforço do governo por meio de ações como o Programa Ensino Médio Inovador (Proemi) e o Bolsa Família.



Gerardo Magela/Agência Senado

— Mas a verdade é que se trata de um fenômeno difícil de ser extirpado da educação — disse.

Entre os motivos que levam ao abandono de estudos, estão, segundo Paim, a falta de vagas em escolas perto de casa, a deficiência de transporte escolar e a necessidade de trabalhar. O senador avalia que o problema poderia ser parcialmente solucionado com metodologias e ações que criem um modelo de escola mais dinâmico e criativo.

— Segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas, o mero desinteresse pela escola contribui com cerca de 40% do abandono, demonstrando que a escola que aí está não oferece alternativas consideradas interessantes, motivadoras e atraentes — observou.

Combater a evasão, na avaliação de Paim, também passa por mais investimentos, como a destinação de 10% do PIB para a educação.

Nova terminologia sobre deficiência

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) deve votar em breve a adequação de quatro leis federais aos termos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. A proposta (PLS 25/13), de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), surgiu em audiência pública conjunta da CDH e da Comissão de Meio Ambiente (CMA) presidida por ele no ano passado.

Os ajustes serão na Lei 8.989/95, sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de veículos por pessoas com deficiência; na Lei 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro); na Lei 10.048/00, que confere atendimento preferencial a certos segmentos da sociedade; e na Lei 10.098/00, que estabelece normas gerais para a promoção da acessibilidade a pessoas com deficiência.

O projeto substitui a expressão “pessoa portadora de deficiência” por “pessoa com deficiência”, uniformizando com a terminologia adotada pela convenção internacional. O projeto receberá votação final na CDH, só indo ao Plenário se houver requerimento nesse sentido de um décimo dos senadores.

Pedro França/Agência Senado

